

Marcuse e a nova esquerda em três atos: lições de ontem e hoje

Marcuse and the New Left in three acts: lessons from yesterday and today

Marco Aurélio Santana*
Igor Peres**

Resumo – O artigo analisa as formulações de Herbert Marcuse acerca das mobilizações e dos movimentos sociais nos anos 1960. Após uma breve apresentação de sua biografia político-intelectual, que cruza aspectos institucionais e militantes naqueles anos, nos concentramos em três possíveis entradas à sua obra, enfatizando elementos contidos em três de seus escritos mais relevantes no período: *O homem unidimensional*, *Um ensaio sobre a libertação* e *Contra-revolução e revolta*. Do primeiro escrito, destacaremos o diagnóstico pessimista de Marcuse sobre a supremacia da “racionalidade tecnológica” como “ideologia” hegemônica do capitalismo avançado; do segundo, as novas forças subjetivas de “oposição” surgidas a partir da mudança nos ritmos e formas das mobilizações sociais internacionais nos anos 1960 e, por fim, no terceiro, uma análise das forças de reação que se impuseram a estes movimentos.

Palavras-Chave: Marcuse; capitalismo avançado; nova esquerda; juventude.

Abstract – The article analyzes Herbert Marcuse’s formulations on mobilizations and social movements in the 1960s. After a brief presentation of his political-intellectual biography, relating it to institutional and militant aspects in those years, we focus on three possible entries to his work, emphasizing elements contained in three of his most relevant writings in the period: *The One-Dimensional Man*, *An Essay on Liberation*, and *Counter-Revolution and Rebellion*. From the first writing, we will highlight Marcuse’s pessimistic diagnosis of the supremacy of “technological rationality” as the hegemonic “ideology” of advanced capitalism; of the second, the new subjective forces of “opposition” arising from the change in the rhythms and forms of international social mobilizations in the 1960s; and finally, in the third, an analysis of the forces of reaction that have been imposed on these movements.

Keywords: Herbert Marcuse; advanced capitalism; new left; youth.

* Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Correspondência:* UFRJ/IFCS: Largo São Francisco de Paula, 1, Centro – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20051-070. *Email:* <marcosilvasantana@gmail.com>.

** Doutorando em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *Correspondência:* Rua da Matriz 82, Botafogo – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22260-100. *Email:* <igorperesjeronimo@gmail.com>.

E, em toda parte, ainda há aqueles que protestam, que se rebelam, que combatem. Até mesmo na sociedade da superabundância eles estão aí: os jovens, que ainda não desaprenderam a ver, a ouvir e a pensar, que ainda não abdicaram, e aqueles que ainda são as vítimas da superabundância e que dolorosamente estão apenas começando a aprender a ver, ouvir e pensar.

(Marcuse)

Introdução

A intervenção de Herbert Marcuse no âmbito da teoria marxista, em específico e, em sentido mais amplo, da teoria crítica, é vasta e intensa. Qualquer aproximação mais sintética à sua obra, que, grosso modo, se estende com variações internas importantes e derivações não negligenciáveis, dos anos 1930 até o fim dos anos 1970, logo se depara com um desafio posto pela ampla gama de temas ali tratados.

Neste artigo, depois de uma breve apresentação de sua biografia político-intelectual, que cruza aspectos institucionais e militantes, nos turbulentos anos 1960, nos concentramos em três possíveis entradas à sua obra, enfatizando elementos contidos em três de seus escritos mais relevantes: *O homem unidimensional* (primeira edição, 1964), *Um ensaio sobre a libertação* (primeira edição, 1969) e *Contra-revolução e revolta* (primeira edição, 1972).¹ Daquele primeiro escrito, destacaremos o diagnóstico algo pessimista de Marcuse sobre a supremacia da “racionalidade tecnológica” como “ideologia” hegemônica do capitalismo avançado; do segundo, as novas forças subjetivas de “oposição” surgidas a partir da mudança nos ritmos e formas das mobilizações sociais internacionais nos anos 1960 e, por fim, precedendo nossas considerações finais, uma análise das forças de reação que se impuseram a estes movimentos.

Uma das contribuições mais instigantes da obra de Marcuse esteve, sem dúvida, em sua sensibilidade aos fatores subjetivos implicados no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Não que a obra de Marx e Engels, tomada de forma ampla, e a de seus sucessores e epígonos marxistas a tivessem negligenciado totalmente, bastando recordar, a título de exemplo, os decisivos debates sobre a relação entre a consciência de classe e a organização no interior tanto da Primeira quanto da Segunda Internacional.

Sua inovação esteve, antes, relacionada à forma pela qual este tema passou a ser pensado a partir de seus escritos e intervenções. Passava a ter cada vez menos preponderância em suas reflexões, em particular naquelas levadas a cabo entre a segunda metade da década de 1950 e o último quarto da década de 1970, nos quais nos baseamos aqui, um esquema geral que enxergava o componente subjetivo como um mero *reflexo* das condições reais de existência. Como se a transformação de um levasse inevitavelmente à mudança no outro, numa relação de estrita e necessária *homologia*.

¹ A University of California at Berkeley garantiu a Marco Santana o acesso à grande parte da literatura referida neste artigo, principalmente via JSTOR. Isso foi possível graças ao Estágio Sênior da CAPES, realizado em 2017-2018, junto a esta instituição.

Naturalmente, dita mudança respondia à alteração num certo espírito do tempo, marcado por profundas transformações no capitalismo posterior à segunda guerra mundial, que Marcuse nomeará mediante distintos sintagmas: “capitalismo avançado”, “capitalismo das corporações”, “sociedade industrial avançada”, “sociedade da abundância”, “sociedade do consumo”, entre outros. Mais que induzir reparos secundários à forma de entender a produção de subjetividades no capitalismo tal como pensada pelo, digamos assim, marxismo estrito, Marcuse entendia que aquelas impunham com urgência não só uma reformulação de seus pressupostos e premissas, mas também e sobretudo uma abertura do marxismo a outras tradições teóricas. Como ele sempre susteve, o marxismo era mais que um conjunto petrificado de ideias e fórmulas.

Entre estas tradições, a psicanálise recebeu um papel de destaque. Deste campo, interessava a Marcuse, antes de mais nada, seu esforço por atribuir estatuto de objeto de estudo pleno ao aparelho psíquico e aos *sentidos* e formas das produções inconscientes, em geral, e pulsionais, em sentido estrito. Na verdade, a incursão pelos labirintos do inconsciente respondia a um desafio fático mais amplo e muito similar àquele enfrentado por outros integrantes da chamada Escola de Frankfurt depois da experiência do III Reich que, dentre outras coisas, levou Marcuse ao exílio nos EUA, a saber: o bloqueio da revolução e a adesão de massas ao nazismo.

A questão do bloqueio da subjetividade revolucionária continuava informando suas reflexões, mas a partir da década de 1960 ganharia contornos novos. Agora, passavam a estar em jogo as numerosas e crescentes mudanças na esfera de produção do capitalismo avançado e nas formações desejantes da massa de trabalhadores a ela vinculada. Ao incremento das forças produtivas capitalísticas, principalmente no que se refere ao incremento tecnológico, somava-se uma vertiginosa alteração da composição de classe nos ambientes fabris.

Sobre as mudanças na composição da classe trabalhadora, Marcuse ressaltaria principalmente o aumento no número daqueles trabalhadores vinculados às tarefas mais qualificadas, incluídos cargos de gestão, em detrimento de trabalhadores ligados majoritariamente a tarefas especializadas. Aos seus olhos, esta modificação estimulava também, com rapidez, uma mudança na elaboração de seus interesses, e nosso autor chegará a falar inclusive da formação de uma “nova aristocracia operária”.

Já com relação à subjetividade produzida pela mudança estrutural do capitalismo avançado, chamava-se em especial a atenção para um tipo preciso de racionalidade, a “tecnológica”, cujo principal insumo baseava-se na ideia de “eficácia” e “produtividade”, capaz de “mobilizar”, “incorporar” e “administrar” as “forças de oposição” imanentes, que o próprio capitalismo havia se encarregado de gestar ao longo de sua história em sua “revolução” contra o mundo “tradicional”. O “aumento no padrão de vida” propiciado pelo modo de regulação fordista e a ideologia a ele ligada lograva,

como sustenta Marcuse, hegemônizar-se como principal objeto do desejo de massas.

Tudo somado, a dita combinação, ao que interessa à discussão dos aspectos propriamente políticos de seus trabalhos, produzia, para Marcuse, um duplo efeito dialético: por um lado, e como diagnóstico, a constatação de um cenário cada vez mais desalentador de intensa e vampírica integração das forças e energias opositoras ao “aparato produtivo”, em sua face pública e privada, do “capitalismo avançado” – aí incluídos os organismos de representação da classe trabalhadora. Mas, por outro, uma viva convicção de que, dado o aprofundamento e sofisticação dos mecanismos de dominação próprios desta fase do capitalismo, apenas o surgimento de uma subjetividade irruptiva, dotada de uma “nova sensibilidade”, poderia ser capaz de impugná-los.

É justamente esta aposta que levará Marcuse a interessar-se fortemente pela novidade representada pelos novos movimentos sociais, dentre os quais figurava o movimento estudantil, mas não só. Identificando-os com a chamada nova esquerda, Marcuse (1979) busca definir o que ela seria, dando colorações mais amplas do que aquela existente nos Estados Unidos². Segundo ele,

O que distingue e caracteriza essencialmente esse movimento é o fato de que ele redefiniu o conceito de revolução, agregando a ele as novas possibilidades para liberdade e os novos potenciais para o desenvolvimento do socialismo que foram criados (e imediatamente contra-arrestados) pelo capitalismo avançado. Como resultado destes desenvolvimentos, novas dimensões de mudança social emergiram. Mudança não é mais definida simplesmente como uma disrupção econômica e política, com o estabelecimento de um modo de produção diferente e novas instituições, mas também, e acima de tudo, como uma revolução na estrutura prevalente de necessidades e possibilidades de sua satisfação³. (MARCUSE, 1979, p. 13).

É este trajeto de pensamento, sintético, mas exemplar, que principia como a seleção de alguns traços de sua biografia político-intelectual nos turbulentos anos 1960, que passa por seu diagnóstico pessimista acerca da “ideologia” hegemônica do capitalismo avançado e pela constatação da novidade dos movimentos sociais dessa década, findando com um balanço sóbrio dos avanços e limites dos mesmos, que propomos percorrer no que segue.

² No caso dos Estados Unidos esta nova esquerda teve, em seu nascedouro, influência importante de nomes como Wright Mills e Howard Zinn. Para o caso do movimento estudantil, o documento Port Huron Statement, de 1962, lança, com centro no chamamento à democracia participativa, as bases programáticas dos estudantes por uma Sociedade Democrática em sua primeira convenção, que se tornaria uma agenda para aquela geração.

³ As traduções de todas as passagens citadas ao longo do artigo foram realizadas pelos autores.

A turbulenta aventura californiana de Marcuse

Quando Herbert Marcuse trocou a Universidade de Brandeis, em Waltham/Boston, Massachusetts, onde lecionara de 1954 a 1965, pela Universidade da Califórnia (UCSD), em San Diego, talvez não imaginasse que seu nome estaria indelevelmente ligado aos intensos movimentos que atravessaram a sociedade estadunidense, principalmente na segunda metade de 1960. Não que ele fosse um completo desconhecido dos movimentos, pois mesmo em Brandeis sempre participou de seminários e debates envolvendo os estudantes. Mas nada se compararia à dimensão que assumiria na ensolarada Califórnia.

Segundo confidenciara a amigos, Marcuse escolhera San Diego por conta de seu zoológico, aficionado que era por hipopótamos. A trajetória de Marcuse na UCSD será das mais intensas, marcada por famosos seminários, participação em reuniões, debates e movimentos. Na verdade, segundo a lembrança de muitos de seus alunos, Marcuse, frente aos movimentos na Universidade, era geralmente um fator de calma, sempre cauteloso em termos de incitamento à ação. Essas memórias também traçam o perfil de um Marcuse como professor exemplar, muito cuidadoso, extremamente lúcido, que não referenciava seus próprios livros nas aulas e desenvolvia uma forma de ensinar sem dogmatismo (MALINOVICH, 1978, p. 364). A pacata cidade de San Diego tinha um lastro conservador marcado, com o qual, muitas vezes, a presença da universidade se chocava. E, por óbvio, a presença de Marcuse não passaria despercebida.

Para San Diego, ele trouxe na bagagem o recém-publicado, na saída de Brandeis, *O homem unidimensional* (1965), e naquela cidade publicará, entre outros textos importantes, dois que fechariam o que pode ser considerado uma “trilogia” em termos de sua trajetória naqueles tempos: *Um ensaio sobre a libertação* (1969) e *Contra-revolução e revolta* (1972).

O homem unidimensional pode ser tomado como o manifesto dos movimentos da época, escrito previamente a eles, trazendo uma forte e profunda crítica da sociedade capitalista de então, em particular da sociedade estadunidense. *Um ensaio sobre a libertação*, já no bojo dos movimentos, apresentava e valorizava seu desenvolvimento e importância para a necessária mudança social. Já no fechamento da longa década de 1960, *Contra revolução e revolta* viria na baixa e nos refluxos dos movimentos, analisando a efetividade das forças conservadoras no sentido de contra-arrestar, desviar e sufocar aqueles movimentos de tão intenso potencial.

Dado o desenvolvimento de sua relação com os movimentos sociais daquele período, Marcuse receberá o epíteto de “pai da nova esquerda”, com o que ele troçava dizendo que, no limite, poderia ser o “avô”, lugar que sempre negou ocupar. A intensidade desta relação, que de resto não se deu apenas nos Estados Unidos, mas também em outros quadrantes, como com a nova esquerda europeia, por exemplo, fez com que Marcuse fosse

rapidamente unguido pelos setores conservadores como um dos responsáveis pela insurgência daqueles dias e fosse transformado em alvo.

Por esse motivo, em fins da década, a Legião Americana, junto a outros setores da direita estadunidense, ofereceu-se à UCSD para “comprar” o seu contrato de professor, de modo que ele parasse de dar aulas. Isso, obviamente, não foi aceito pela Direção da UCSD. Além disso, e pior, Marcuse receberá em sua sala na universidade uma correspondência assinada pela Klu Klux Klan, ameaçando sua vida se ele não deixasse o país em 72 horas. No mesmo contexto, certa manhã, um boneco aparecerá enforcado em um dos mastros da UCSD, com um cartaz trazendo a inscrição “Marxista Marcuse”. A radicalização do processo faz com a UCSD tente uma saída para a presença do renomado, mas “problemático”, filósofo. Assim, tentaram pressioná-lo por uma aposentadoria, o que ele não aceitou. Ainda que isso tenha sido sempre negado pela UCSD, chega-se a mudar as regras para renovação de contratos de professores, o que, à época, atingia Marcuse em cheio.

Interessante notar que até hoje algumas publicações de corte conservador continuam lembrando do “efeito Marcuse” e o responsabilizam pelo que seria a radicalização e a intolerância que veem presentes e atuantes nos campi americanos. Na memória viva de muitos e na memória compartilhada, Marcuse continua o grande mestre da contestação.

O engajamento e a identificação com os movimentos sociais, por certo, trouxeram-lhe reconhecimento pessoal e à sua obra, sendo chamado constantemente naquele contexto para falar nos campi pelo mundo. Porém, o preço, acadêmico e pessoal, por ele pago não foi dos menores, inclusive no que se refere às suas amizades ancestrais, como quando do estremecimento de sua relação com Theodor Adorno por conta de desacordos quanto ao movimento estudantil alemão (LESLIE, 1999; CUTRONE, 2011; MBEMBE, 2016). A correspondência por eles trocada no período traz a forte tensão contida e o claro desacordo diante das formas e conteúdos daqueles movimentos.

Tudo isso foi precipitado pelo famoso episódio em que os estudantes alemães ocuparam o prédio do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt enquanto Adorno era diretor. Adorno considerava que o movimento criara o fato apenas para ser reprimido e gerar novas repercussões. Com o acirramento do processo, a polícia foi chamada para lidar com as ações estudantis de ocupação. A responsabilidade direta pela presença da polícia caiu sobre Adorno, rendendo-lhe fortes ataques dos movimentos, aos quais ele revidara qualificando-os de “fascismo de esquerda”.

Quando convidado pelos estudantes para uma palestra na universidade, Marcuse aceitou. Entretanto, informou a Adorno e lhe pediu uma carta-convite oficial para sua liberação pela UCSD. Adorno considerou aquilo um apoio ao movimento estudantil e um endosso às críticas que vinha sofrendo. Na correspondência, temos as visões diferentes e conflitivas

sobre aqueles movimentos, o papel dos intelectuais no processo e acerca do perfil da universidade.

Ao fim, Marcuse não realizaria a viagem. Adorno, que viveria momentos de depressão em meio ao quadro, teria de cancelar cursos por conta da pressão e dos sucessivos “escrachos” feitos pelo setor mais à esquerda do movimento estudantil. A relação entre Marcuse e o instituto azeda ainda mais quando se veem na mídia as críticas que Max Horkheimer teria feito ao seu trabalho e às vinculações com os movimentos sociais. Nas cartas, Marcuse indica a Adorno que terá de responder à altura; porém, Adorno corre para responder por telegrama que as falas foram retiradas do contexto.

Deve-se dizer que a tensão entre Marcuse e seus companheiros de longa data de instituto já vinha de algum tempo. Desde a Guerra Fria, nos anos 1950, Marcuse nutria a visão de que eles acabavam por abraçar um certo anticomunismo. Agora, desaguava no debate acerca do que seria a (des)politização da teoria crítica.

A tensão com relação à Marcuse não se deu apenas, digamos, à direita e com seus amigos. Ele trabalhou, nos anos 1940, para o serviço de inteligência americano, o Escritório de Serviços Estratégicos (OSS, na sigla em inglês) – um antepassado da CIA –, analisando o quadro da Alemanha nazista para os americanos, bem como outros intelectuais e cientistas alemães refugiados nos Estados Unidos e críticos do nazismo. Este posto seria trazido à tona, possivelmente, pelas vias do próprio serviço secreto americano ou pelo do soviético, já que ambos estavam preocupados com a penetração das ideias de Marcuse nos meios estudantis e de esquerda e tinham interesse em deslegitimá-lo. O jornal estadunidense de orientação maoísta, *Progressive labor*, em 1969, chamou Marcuse explicitamente de “marxista da CIA”.

Até Daniel Cohn-Bendit manteve com ele uma relação tensa. Desse modo, em uma entrevista⁴ a *Le Magazine Littéraire*, de maio de 1968, Cohn-Bendit (1968, p.5) indica que

Fala-se muito da influência de Marcuse sobre o SDS⁵ na Alemanha. E nós temos contato com o SDS. Mas, dentro do movimento, não há dez pessoas que leram Marcuse, pode ser até que tenham lido *Eros e Civilização*. Marcuse em sua crítica da sociedade capitalista e em sua recusa da sociedade socialista, nos serve de ponto de apoio. Sobre tudo por três teses. Ele mostra que é a natureza mesma da sociedade que é repressiva e que não se trata de formas de repressão exteriores, como a polícia. Ele mostra a unidimensionalidade do homem, quer dizer, de fato, que nossa sociedade forma exatamente seu tipo de homem. Por fim, ele mostra que a crítica e a destruição são um começo da construção. Quando nós criticamos radicalmente uma coisa, nós construímos.

⁴ Republicada pela *Le Nouveau Magazine Littéraire* em 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.nouveau-magazine-litteraire.com/idees/daniel-cohn-bendit-quand-on-critique-radicalement-on-construit>>.

⁵ Referência à União dos Estudantes Socialistas Alemães.

Em junho do mesmo ano, com a informação trazida ao público, em meio a todo tipo de teoria da conspiração com relação a Marcuse, seu trabalho para a “CIA” e sua participação nos movimentos, Cohn-Bendit teria sido protagonista de um incidente que interromperia a viagem que Marcuse fazia para uma série de palestras pela Itália – o que ele negaria posteriormente. No dia 17 de junho, “Danny, Le Rouge”, segundo Leslie (1999, p. 122), “interrompeu a palestra de Marcuse no Teatro Eliseo, em Roma, com algumas questões: ‘Marcuse, por que você veio ao teatro da burguesia? Herbert, fala para a gente por que a CIA te paga?’ Jornais da época relataram que Marcuse teve de deixar o teatro”.

Assim, com uma legião de seguidores e muitos detratores, dentro e fora da Academia e do movimento social, Marcuse atravessou a última metade da década de 1960 como um dos pensadores mais influentes do período. Mas, quais as ideias deste senhor de setenta anos que conseguiu ser aceito e respeitado, como poucos, por movimentos marcados por uma visão quase mítica de juventude, de “luta contra o velho mundo” e os “velhos ensinamentos”, bem como pela máxima “não confiamos em ninguém com mais de trinta anos”⁶? Até que ponto elas poderiam ser mobilizadas hoje para darmos conta da sociedade capitalista atual e das formas de resistência que estão postas a ela? Quais os limites e possibilidades das articulações entre política e desejo ontem e hoje?

O capitalismo avançado e a racionalidade tecnológica

A avaliação crítica do capitalismo avançado de Marcuse principiará com a constatação de um impasse fundamental presente no cerne da dialética histórica entre dominação e emancipação, tal como concebida classicamente pelo marxismo. Os elementos de negação imanente gerados pelo próprio sistema mostravam-se claramente incapacitados para cumprir sua “missão histórica”. Além disso, passavam a vigorar, cada vez com mais força, mecanismos de neutralização do que nosso autor chamava de “forças de oposição”. A parte negativa da dialética histórica era ela mesma negada e afirmava-se uma positividade monolítica que não podia representar mais que uma tranquila apologia do presente.

Este movimento de “integração das forças sociais outrora negadoras e transcendententes”, além de dificultar a contestação política do capitalismo como modo de vida hegemônico, denotava toda “uma nova estrutura social” a ser analisada e compreendida (MARCUSE, 2002, p. 148). Isso é uma forma de dizer que o desafio à teoria crítica não vinha de um elemento

⁶ Frase de J. Weinberg no Free Speech Movement, da Universidade da Califórnia, no ano letivo de 1964-1965. Por força da mídia ganhou o mundo e vida própria como uma legenda para as relações entre aquela geração e a anterior. Weinberg disse que usou a expressão para se livrar de jornalistas que o aborreciam insinuando que o movimento estava sendo manipulado pelos comunistas. Ver: BERKELEY DAILY PLANET, 2000.

externo à sua própria elucubração intelectual, mas trabalhava internamente, e o postulado da “negação imanente e determinada” projetado sobre a figura das classes integradas diretamente ao “aparato produtivo” tonava-se cada vez mais problemático.

As transformações que impunham o modo de regulação fordista e o capitalismo dito “organizado” implicavam também novas “formas de controle” social, fortemente amparadas em uma racionalidade que Marcuse chamará de “técnica” ou “instrumental”.

Neste universo, a tecnologia também produz a grande racionalização da dominação humana [...] efetivando a impossibilidade de adestrar a própria vida. A racionalidade tecnológica protege, ao invés de pôr em xeque, a legitimidade da dominação e o horizonte instrumentalista da razão. (MARCUSE, 2002, p. 162).

Tomando a passagem “A racionalidade tecnológica protege ao invés de pôr em xeque a dominação” (MARCUSE, 2002, p. 162), vemos que não está em jogo apenas as denúncias das promessas não cumpridas pelo progresso, isto é, aquilo que lhe faltou efetivar enquanto ideologia basilar do horizonte civilizatório moderno. Antes, tratava-se, principalmente e acima de tudo, de dar conta do que este havia produzido *efetivamente*; neste preciso sentido, é de suma importância a ideia de racionalidade tecnológica.

Com o termo “racionalidade tecnológica” o autor de *O homem unidimensional* não desejava destacar exclusivamente a face organizacional deste tipo de arranjo social. Importava principalmente chamar a atenção para o tipo de subjetividade produzido por esta nova configuração do capitalismo, baseada num tenaz acoplamento entre as modulações libidinais dos indivíduos a ele submetidos e os padrões de vida, consumo e produtividade por ele propalados. Em sua visão, “Sob as condições de um padrão de vida ascendente, a desconformidade com o próprio sistema parece ser socialmente prescindível, e isso sobretudo quando esta envolve desvantagens econômicas e políticas tangíveis” (MARCUSE, 2002, p. 4).

A conformação desta variação do típico *homo economicus*, para Marcuse, incidirá particularmente sobre uma operação de deslocamento da libido, a sublimação, mitigando a capacidade de crítica comportamental à crescente colonização da psique pela proliferação dos objetos de desejo ofertados pelo “capitalismo tardio”.

Ali, justamente onde o mecanismo de sublimação era capaz de manter a percepção daquilo que através de sua operação de deslocamento era renunciado, reinará a repressão, funcional e eficazmente prazerosa, seguida da pura e simples negação daquilo de que padece o sujeito. Para Marcuse (MARCUSE, 2002, p. 79), “Ao contrário dos prazeres da dessublimação ajustada, na sublimação persevera a consciência das renúncias infligidas pela sociedade repressiva sobre o indivíduo e preserva-se assim a vontade de liberação”.

A esta perversão do mecanismo de sublimação, que possibilitava a visibilização dos processos que eram justamente objetos da crítica, ele dará o nome de “dessublimação repressiva”. Frente a este quadro acachapante, que Marcuse não hesitará em chamar de “totalitário”, serão impostas algumas questões decisivas. Como pensar ou repensar a crítica? Como renovar a imaginação política? Quem seriam seus portadores sociais, isto é, seus protagonistas?

A precipitação de uma série de eventos políticos de grande transcendência internacional no fim dos anos 1960 – dentre os quais figuravam as lutas de liberação nacional, as guerrilhas dos países do “terceiro mundo” e, principalmente, os movimentos estudantis na Europa e nos Estados Unidos – parecerá, aos olhos de Marcuse, uma espécie de luz no fim do túnel ou um ponto de fuga daquele labirinto sem saída no qual se havia convertido o mundo hegemônico pelo capitalismo avançado. Esta nova constelação histórica, que parecia abrir-se a partir destes eventos, levará Marcuse a pensá-los como imagens do que poderiam vir a ser renovadas alternativas emancipatórias.

As novas forças subjetivas

De fato, o interesse crescente de Marcuse por esta nova constelação política respondia a uma transformação conjuntural notável, mas não apenas. Era preciso também combinar a guinada fática por ela proporcionada com os seus próprios achados teóricos, expostos especialmente em *O homem unidimensional*.

Sob condições de integração, a nova consciência política da necessidade vital de uma mudança radical emerge entre grupos sociais que, em termos objetivos, estão (relativamente) livres dos interesses e aspirações integradoras, conservadoras, livres da radical transvaloração dos valores. (MARCUSE, 2000, p. 54-55).

Frente ao fechamento total, e mesmo “totalitário”, do capitalismo avançado, era quase logicamente necessário que as alternativas opositoras tivessem que vir de fora do sistema, e não apenas deste último, entendido como sistema produtivo. Não tinha sido por outro motivo que ele fechara *O homem unidimensional* com o trecho de Walter Benjamin, de que apenas em nome dos desesperançados nos era dada esperança (MARCUSE, 2000). Além disso, os organismos tradicionais de representação dos interesses da classe operária, em específico, e da sociedade replicavam para ele a mesmíssima lógica de administração das dissidências ao modelo. Isto é, por um lado, já não podiam servir de tradutores destas energias emancipatórias o modelo sindical mais tradicional e, por outro, tampouco o sistema de representação política de corte parlamentarista.

Dialéticas da democracia: se a democracia significa autogoverno do povo livre, com justiça para todos, então a realização da democracia deveria pressupor a abolição da pseudo democracia existente. Na dinâmica do capitalismo corporativo, a luta pela democracia tende então a assumir formas anti-democráticas, e na medida em que as decisões democráticas tornam-se ‘parlamentárias’ em todos os níveis, a oposição tenderá a ser extra-parlamentar. (MARCUSE, 2000, p. 65-66).

A maneira então de manter vivos os fundamentos mais profundos da democracia – “autogoverno do povo livre, com justiça para todos” – implicava um movimento que problematizasse sua captura pelo “capitalismo das corporações” e sua forma política correspondente, a democracia parlamentar (MARCUSE, 2000).

O fato de os grupos que protagonizaram mais ou menos diretamente os eventos da conjuntura sobre a qual voltava sua atenção pertencerem a setores não diretamente vinculados a grupos de interesses tradicionalmente representáveis significava, aos olhos de Marcuse, um dado não menor. Isso fazia deles os portadores potenciais capazes de levar adiante a tarefa de expandir a pulsão democrática para além de sua forma burocratizada e, em última instância, mistificada.

O que aparece como uma superfície do fenômeno é indicativo de tendências básicas que sugerem não apenas diferentes perspectivas de mudanças, mas a profundidade e extensão de uma mudança que vai muito além da teoria socialista tradicional. Sob este aspecto, o deslocamento das forças negativas de sua base tradicional entre a população tradicional, ao contrário de ser um sinal de fraqueza da oposição contra o poder integrador do capitalismo avançado, pode perfeitamente ser a lenta formação de uma nova base, capaz de trazer à tona o novo sujeito histórico da transformação. (MARCUSE, 2000, p. 52).

Ocorre que esta “lenta formação de uma nova base” infensa à teorização “socialista tradicional” não dava ainda conta do caráter inovador destes novos protagonismos (MARCUSE, 2000, p. 52). Que sua composição social fosse o resultado de uma aglutinação de jovens de classe média, de estratos pauperizados, de zonas gutetificadas das grandes cidades e de membros pertencentes a uma *intelligentsia* insatisfeita com o *establishment* representava apenas uma de suas faces surpreendentes.

Marcuse prestará também a atenção à modulação e ao sentido de suas demandas. Em especial à ideia de uma recusa radical frente aos mecanismos de repressão aos modos de vida alternativos à mercantilização do desejo, a qual ele chamará de “a grande recusa”.

O advento de uma sociedade livre se caracterizaria pelo fato de que o crescimento do bem-estar volta-se essencialmente a uma nova qualidade de vida. Esta mudança qualitativa deve passar pelas necessidades, pela infraestrutura do homem (ele próprio uma infraestrutura da sociedade):

a nova direção, as novas instituições e relações de produção, devem expressar necessidades e satisfações muito distintas e mesmo antagonicas àquelas prevalentes nas sociedades de exploração. (MARCUSE, 2000, p. 4).

Neste sentido, o surgimento de uma “sociedade livre” passava agora necessariamente a ir de par com uma revolução na infraestrutura humana – expressão sugestiva de Marcuse para referir-se à necessidade de modificação desta segunda natureza produzida pela colonização libidinal capitalista e ao correlato acoplamento das “necessidades” e “aspirações” à forma-mercadoria.

Observando o que se passava pelo mundo (e se inspirando nisso) enquanto escrevia o *Ensaio*, Marcuse (2000) colocará forte esperança – sem, contudo, deixar de ver também algumas de suas limitações – nas mobilizações que atravessavam o globo. O potencial para uma transformação revolucionária de monta estaria presente naquela conjuntura, em termos materiais e subjetivos.

A esquerda sob a contrarrevolução preventiva

Apesar de sua enorme radicalidade e pujança, dadas as ações de contrainformação e repressão dos órgãos do Estado, bem como por suas próprias limitações internas, os movimentos sociais vão experimentar uma dura realidade na viragem das décadas de 1960 e 1970. A sua ofensiva dos anos anteriores seria contra-arrestada por um forte processo de contrarrevolução. Este quadro não passaria despercebido por Marcuse. Ele lançou seu olhar analítico sobre esse novo momento, articulando-o aos tempos de desenvolvimento do sistema capitalista.

Em termos gerais, segundo Marcuse (1972, p. 1-2), naquela conjuntura,

O mundo ocidental atingiu um novo estágio de desenvolvimento: agora, a defesa do sistema capitalista requer a organização da contra-revolução em casa e no exterior. [...] Em grande medida a contra-revolução é preventiva e, no mundo ocidental, totalmente preventiva. Aqui, não há nenhuma recente revolução a ser desfeita, e nem no horizonte próximo. E, ainda assim, o medo da revolução, que cria interesses comuns, articula os vários estágios e formas da contra-revolução. Isso percorre todo o espectro que vai desde a democracia parlamentar, via o estado policial, até a ditadura aberta. O capitalismo se auto-reorganiza para enfrentar a ameaça da revolução, aquela que seria a mais radical de todas as revoluções históricas. Essa seria verdadeiramente a primeira revolução histórica mundial.

Marcuse vai identificar o desenvolvimento de forças proto-fascistas por dentro mesmo do chamado regime democrático. Ainda que centrado

sua análise nos Estados Unidos, constantemente no texto ele se pergunta se os elementos constitutivos desse quadro de contrarrevolução não seriam semelhantes em outros países. Assim, ele chama atenção para o fato de que

A administração Nixon reforçou a organização contrarrevolucionária da sociedade em todas as direções. As forças de *lei e ordem* tem feito uma força acima da lei. O equipamento normal da polícia em muitas cidades se assemelham aqueles da SS nazista – a brutalidade de sua ação é familiar. (MARCUSE, 1972, p. 24)

O centro de ação estratégica da contrarrevolução visaria atacar dois dos principais pilares da revolta na sociedade, a saber, a universidade e os militantes dos movimentos negros e latinos, buscando reduzir ao máximo sua capacidade de ação, senão mesmo eliminar seus movimentos. Solapando os movimentos e atacando seus locais de atuação, o sistema buscaria cortar na raiz suas possibilidades de intervenção e florescimento.

A atividade nos *campi* é sufocada. Os Panteras Negras foram sistematicamente atacados antes de que seus conflitos internos desintegrassem seu movimento. Um vasto exército de agentes infiltrados se espalharam por todas as partes do país e por todos os setores da sociedade. O congresso foi emasculado (ou, melhor dizendo, se auto-emasculou) frente ao poder executivo o qual, por sua vez, depende de seu vasto *establishment* militar. (MARCUSE, 1972, p. 24).

Mirando todo esse cenário, Marcuse apresenta também uma análise “interna” das forças da rebelião, avaliando seu potencial até aquele momento e considerando os possíveis caminhos a serem seguidos em termos de estratégia política de organização e ação frente ao estabelecimento da contrarrevolução. Neste sentido, Marcuse percebe a difícil situação dos movimentos nesse contexto, dadas as questões externas e internas. Além disso, busca discutir criticamente alguns de seus fundamentos e práticas, apresentando o que seria um conjunto de ideias que poderia formar a vertebração de uma estratégia política para os movimentos não só enfrentarem os tempos de contrarrevolução, como também caminharem no sentido da transformação radical da sociedade.

Apesar da dureza do momento, Marcuse (1972) busca verificar dialeticamente os seus potenciais. Para ele,

O que é imposto à rebelião pela repressão e concentração das forças destrutivas nas mãos das estruturas de poder deve se tornar o solo para o reagrupamento e o reexame. Deve-se desenvolver estratégias que sejam adaptadas para o combate à contra-revolução. O resultado dependerá, em grande medida, da habilidade da jovem geração, de nem ‘pular fora’, nem se acomodar, mas aprender a como reagrupar após a derrota, como desenvolver, com uma nova sensibilidade, uma nova racionalidade, para sustentar um longo processo de educação, pré-requisito indispensável

para a transição à ação política de larga escala. Porque a próxima revolução será preocupação de gerações, e a ‘crise final do capitalismo’ pode muito bem demorar um século. (MARCUSE, 1972, p. 133-134).

Diante da derrota dos movimentos, Marcuse busca saídas e, como sempre o fez, não se importa, apesar de suas simpatias, em criticar elementos que, segundo ele, estariam nos horizontes de ação do movimentos, parecendo radicais e revolucionários. Porém, frente a uma análise mais profunda, esses elementos demonstrariam suas faces de infantilidade e ações de *clown*, algumas delas, inclusive, servindo de atração e justificação para o uso da violência repressiva.

Entre uma dessas ideias que animavam setores destes movimentos estaria um certo anti-intelectualismo. Na sua visão, paradoxalmente, esse seria um “movimento de intelectuais anti-intelectuais”. Marcuse chama atenção para os exageros dessa posição e sua proximidade perigosa e problemática com o discurso do *establishment*. Nesse sentido, ele se contrapõe fortemente à confusão feita por esses setores entre “mudar a universidade” e “destruir a universidade”, entre criar uma “nova racionalidade”, a partir da crítica à racionalidade capitalista, e a “abolição de toda a racionalidade”.

Apesar de suas duras e constantes críticas ao sistema universitário, seus eixos de estruturação, condução, financiamento etc., Marcuse não perde de vista os possíveis papéis da universidade para o desenvolvimento desta nova estratégia. Ele assinala: “tenho reforçado o papel-chave que as universidades jogam neste novo período: elas podem ainda funcionar como instituições para a formação de contra-quadros” (MARCUSE, 1972, p. 56). Esse processo de formação e educação cumpriria uma tarefa central na “longa marcha por dentro das instituições”, um caminho a ser percorrido neste novo contexto.

O fundamento da formulação de Marcuse (1972) se encontraria nas possibilidades de articulação entre a classe trabalhadora e a nova esquerda. Dada a derrota dos movimentos, Marcuse (1972) identifica a forte componente do isolamento desses movimentos, em seus pequenos grupos, da grande massa. Aqui, permanecem a crítica e a visão pessimista que sempre endereçou à classe trabalhadora e às suas organizações, em termos de sua integração no capitalismo avançado, mas como base para uma possível articulação que galvanizasse esses setores. Há uma clara indicação da necessidade da construção de uma frente política entre a classe trabalhadora e a nova esquerda. Uma potencializando a outra. Para ele,

A junção destas duas forças é uma pré-condição para a mudança. [...] Isso não será conseguido ‘indo se juntar aos trabalhadores’, participando de seus piquetes, esposando suas ‘casas’ etc. etc. A junção pode apenas tomar vida no processo de mudança social, no qual os dois grupos ajam cada um em suas próprias bases e em termos de sua própria consciência, queixas e metas. (MARCUSE, 1972, p. 40).

Assim, esse processo se basearia em uma divisão de funções, de caráter temporário, na qual se deveria evitar ao máximo qualquer tipo de ar de superioridade, arrogância e reações negativas automáticas. Com isso, se promoveria a unidade entre as forças, num dado nível, que “os diferentes interesses específicos de cada grupo experimentado e articulado em seus próprios termos e situação (na fábrica, loja, escritório, vizinhança), encontrem bases e estratégias comuns” (MARCUSE, 1972, p. 40). Há, diante do quadro de contrarrevolução, a proposta da formação, como estratégia mínima, de uma frente única, estruturada a partir da cooperação de estudantes, militantes operários e liberais de esquerda. Essa frente seria responsável pela tarefa de organizar protestos contra os atos do sistema.

A partir de sua análise acerca do momento vivido pelas forças da rebelião, ele identifica as possibilidades organizativas que lhe poderiam servir de plataforma. Sinalizando para o que seria a obsolescência da forma partido de massas centralizado, Marcuse vai identificar, ainda que indicando também algumas de suas limitações, a democracia direta e a organização de conselhos como alternativas mais adequadas.

Este processo seria muito diferente dos modelos históricos de ação anteriores, baseados no desenvolvimento da consciência de classe a partir de fora. Neste sentido, os “grupos minoritários sob os quais cairá a tarefa organizativa serão muito diferentes da vanguarda leninista” (MARCUSE, 1972, p. 41). Marcuse (1972) se aproximaria, assim, da experiência dos “conselhos de base”, presentes, aliás, em sua própria experiência durante a revolução alemã dos inícios do século XX. Eles seriam um espaço importante para a construção da unidade das forças, da prática da democracia participativa direta e da construção da nova sociedade.

Um pouco mais à frente na conjuntura, em uma fala na Universidade da Califórnia, em Irvine, em abril de 1975, Marcuse (1979) analisa quais foram os fatores responsáveis pelo que seria a “falha” da nova esquerda. Segundo ele, para que se entenda esse processo, é preciso observar diferentes níveis.

Em parte, o movimento foi cooptado ou abertamente suprimido pelo *establishment*; em parte ele se autodestruíu ao falhar no desenvolvimento de formas organizacionais adequadas e por ter permitido crescentes divisões internas que se espalharam, em um fenômeno vinculado ao anti-intelectualismo, ao anarquismo politicamente incapaz e à arrogância narcísica. (MARCUSE, 1979, p. 5).

Apesar do pesado esforço do sistema para quebrar as mobilizações, vemos que, segundo Marcuse (1979), é preciso dar atenção aos fatores internos aos movimentos. Mesmo com todo o seu potencial, a revolta não teria logrado êxito, ou se “autodestruído”, quando trocou seu potencial político por saídas relacionadas às formas de libertação privada, de paraísos artificiais. Na visão de Marcuse (1979, p. 5), tais formas privadas estariam baseadas na “cultura da droga, em seitas e gurus esotéricos, e na ritualização

e fetichização do marxismo”. Elas representariam “a desilusão prematura e a resignação”, que redundariam em retirada e recolhimento.

De todo modo, para Marcuse (1979), os anos 1960 teriam marcado um ponto de viragem no desenvolvimento capitalista, tendo a nova esquerda representado uma proposta ampla e inclusiva de mudança social, que nela incorporava pontos esquecidos e/ou mesmo negados. A nova esquerda teria apontado para o fato de que a revolução no século XX tinha de ser uma revolução específica de seu tempo, relacionada ao capitalismo tardio, distinguindo-se de todas as revoluções anteriores. Essa revolução “acharia seu ímpeto e origem não tanto na miséria econômica, mas na revolta contra necessidades e prazeres impostos, revolta contra a miséria e a insanidade da sociedade afluyente” (MARCUSE, 1979, p. 8). Nesse sentido, ela seria mais do que uma revolução econômica e política, sendo, acima de tudo, uma revolução cultural. Uma revolução que teria na sua base uma classe operária expandida, transformada, em termos de existência social, e portadora de uma consciência diferente, que incorporaria setores das outrora independentes classes média e *intelligentsia*. Em seu processo, ela mobilizaria também “grupos marginalizados” e setores que ainda não se politizaram até aquele momento. Neste novo tipo de revolução, seria fundamental revolucionar os valores que estariam na base da sociedade de classes.

Marcuse assinala ainda que o movimento de libertação das mulheres poderia se tornar uma “terceira força” desta revolução. Esse movimento seria um passo importantíssimo nesta direção, na medida em que lutasse também pelo socialismo e não se reduzisse a um nível que, na prática, poderia resultar apenas na conquista da “igualdade de dominação”.

Considerações finais

Nos anos 1960, Herbert Marcuse se tornou um dos mais conhecidos pensadores ao redor do mundo. Para alguns dos críticos, suas ideias estavam estreitamente vinculadas àquele contexto e com ele saíram de cena. Como um intelectual público, que mantinha relações próximas, ainda que tensas, com os movimentos sociais, Marcuse ganhou muita publicidade no período, o que transcendeu, em muito, o próprio conteúdo de seu trabalho. Assim como outras pessoas, ideias, práticas e eventos, ele também acabou por se tornar uma espécie de ícone dos anos 1960. Não foi por acaso que seu nome apareceu em faixas, cartazes e muros na famosa junção dos três Ms: “Marx, Mao e Marcuse”.

Porém, considerar suas reflexões como pura e simplesmente presas a uma determinada conjuntura, ainda que respondessem a ela, seria reduzir muito as suas possibilidades. Sem dúvida alguma, isto que poderíamos chamar de *encontro* entre Marcuse e a conjuntura política dos anos 1960-1970 produziu questionamentos e problematizações que seguem interpelando-nos nos dias que correm (KELLNER, 2003 e 2005).

As formulações de Marcuse sobre a cisão entre os fatores objetivos e subjetivos da revolução habilitaram uma série de incursões tanto pelos mecanismos de elaboração e reelaboração do problema da “servidão voluntária”, quanto pelas aberturas políticas possibilitadas, e mesmo estimuladas, por uma concepção mais plástica e social dos circuitos libidinais. Aos seus olhos, os novos protagonismos surgidos nestes turbulentos anos desafiavam as velhas matrizes de entendimento do mundo – fossem elas propriamente intelectuais ou estritamente políticas –, não apenas no sentido de opor algo a outro, distinto daquilo que vigorava hegemonicamente. O questionamento aí se estendia desde a ordem dominante até as formas petrificadas de entendimento da obra de Marx, passando pelas formas de organização e mobilização da conflitividade social.

Em realidade, a enorme capacidade de sedução destes movimentos para Marcuse estava em seu caráter extraordinário (no sentido mais estrito que este termo pode encerrar). Aliás, não haverá de ter sido mero acaso a recuperação por parte de nosso autor justamente de algumas ideias contidas na estética kantiana do sublime⁷, em especial aquilo que esta representava em termos de desafios ao esquematismo do entendimento, exposto na terceira de suas críticas por ocasião da escritura do *Essay*. Afinal, pensar a (e na) conjuntura exigia uma imaginação teórica capaz de estar à altura daqueles eventos; não obstante o fato de os desafios daqueles anos não passarem exclusivamente pela teoria.

Outra questão de suma importância, e de escandalosa atualidade, referia-se justamente à capacidade de esses movimentos, em suas expressões mais inovadoras e extraordinárias, inscreverem-se no tempo e na duração; que de alguma maneira a excepcionalidade destes acontecimentos pudessem rotinizar-se sem perder sua criatividade. Que, enfim, esta excepcionalidade, característica de toda revolução digna deste nome, pudesse não apenas questionar instituições, mas construí-las de uma forma renovada, aí incluídas, naturalmente, as instituições ditas democráticas e seus avatares. De alguma maneira, é novamente a política que, acelerando os tempos, volta a aproximar-se, extemporaneamente, de Marcuse e de sua intervenção na conjuntura. Uma dupla menção bastará...

Como nas conjunturas analisadas por Marcuse, aqui em tela, percebe-se a insurgência de práticas de democracia participativa nos mais diversos quadrantes, as quais, em geral, mais que propor modelos acabados de manifestação de vontades políticas intensas e dissidentes, afirmaram um profundo mal-estar com os mecanismos de tradução política das diversas, plurais e disformes modulações da soberania popular. Pode-se dizer que, desde aquele período, salvo experiências importantes, mas pontuais, tais práticas viveram um certo rescaldo dos anos 1960. Só para ficarmos em

⁷ Ver, por exemplo, Marcuse (2000, pp. 27 e 37). Giles Deleuze (2015) e Jean-François Lyotard (1994) voltarão, na mesma época, ao filósofo de Königsberg com fito similar. Coube a Jacques Rancière (1995) na conjuntura contemporânea recuperar esta ideia.

alguns exemplos mais recentes, movimentos multifacetados como o Occupy, nos Estados Unidos, a Primavera Árabe – entre outros –, na Tunísia e no Egito, Taksim Gezi Park, na Turquia, e as rebeliões de junho e das ocupações de escola pelos secundaristas no Brasil, ainda que com contradições e limites, de marcado lastro na juventude, produziram um ciclo de contestação de monta, entre outras coisas, recolocando no cenário a importância (e a necessidade) da organização de base e da democracia participativa. A experiência concreta e a construção de sentido sobre elas transcenderam em muito a duração desses movimentos.

Mas, quando se observa a conjuntura internacional atual, o capitalismo vai sendo gerido por uma nova dieta neoliberal – que muitos acreditaram finda durante a crise de 2008, agora robustecida – e pelo surgimento de governos que recrudescem o autoritarismo, a autocracia e as tendências totalitárias, com o proto-fascismo grassando no tecido social, alastrando racismo, machismo, LGTBQfobia e xenofobia. Tudo isso crescendo por dentro da democracia e contra ela. Globaliza-se a judicialização, a criminalização e a repressão às formas de revolta, aos movimentos sociais, bem como contra qualquer potencial disruptivo.

O sistema sofisticava suas formas de dominação sutil no cotidiano e mostra sua verdadeira face dura quando se tenta questioná-las – fenômenos que, aliás, segundo alguns autores contemporâneos, mesmo que excessivamente centrados ainda no solo empírico europeu, mereceriam o epíteto de pós-democráticos⁸.

Mais uma vez, a contrarrevolução preventiva sucede à revolta? Depois de tantos, ainda que limitados avanços, estaríamos diante do retorno do recalco unidimensional? Qual o papel e as tarefas das esquerdas neste contexto? Que programas e quais estratégias? Como conjugar formas de organização e mobilização horizontais e verticais? Como percorrer os caminhos necessários de articulação entre revoluções “moleculares” e “molares” (GUATTARI, 1981). Todas as formas de afirmar, mediante formulações preocupadas, mas profundamente candentes, que não é certo que das derivas dos desejos políticos ou, dito de outra forma, daquilo que há de profundamente afetivo na própria política, devamos esperar um único e mesmo sentido. Ao contrário, é justamente seu caráter plástico, que Marcuse soube marcar com notória perspicácia, que o torna alvo de disputa e, por via de consequência, uma matéria ou elemento politizável.

Seja como for, parece que vivemos definitivamente um “novo tempo do mundo”, e as questões levantadas por Marcuse, em seu momento e contexto precisos, são capazes, talvez, de projetar novas luzes sobre esta conjuntura difícil. Dessa maneira, deixam ver, de alguma maneira, que o pensamento de Marcuse tenha ainda uma potência para nos auxiliar, como intelectuais públicos, em nosso complexo trabalho de elucidação, proposição e ação.

⁸ Ver a respeito, por exemplo, Colin Crouch. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2005.

Referências

- BERKELEY DAILY PLANET. Título. 2000. Disponível em: <<http://berkeleydailyplanet.com/issue/2000-04-06/article/759>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.
- CROUCH, C. *Post-democracy*. Cambridge: Polity Press, 2005
- CUTRONE, C. *Adorno and Marcuse in 1969: the separation of theory and practice*. In: CRITICAL REFUSALS: THE 4TH BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL MARCUSE SOCIETY, University of Pennsylvania, Philadelphia, 27 out., 2011.
- DELEUZE, G. *La philosophie critique de Kant*. Paris: PUF, 2015.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HAHN, P. Daniel Cohn-Bendit: «Quand On Critique Radicalement, On Construit». *Le Nouveau Magazine Littéraire*, 2018. Disponível em: <<https://www.nouveau-magazine-litteraire.com/idees/daniel-cohn-bendit-quand-on-critique-radicalement-on-construit>>. Acesso em: 2 jun. 2018.
- KELLNER, D. Marcuse and the quest for the radical subjectivity. *Counterpoints*, v. 168, 2003.
- _____. *The new left and the 1960s – Collected papers of Herbert Marcuse*. Vol III. London and York: Routledge, 2005.
- LESLIE, E. Introduction to Adorno/Marcuse correspondence on the German student movement. *New Left Review*, v. 1. n. 233. 1999.
- LYOTARD, J.-F. *Lessons on the analytic of the sublime*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- MARCUSE, H. *Counterrevolution and revolt*. Boston: Beacon Press, 1972.
- _____. The failure of the new left? *New German Critique*, Duke, n. 18, 1979.
- MALINOVICH, M. Herbert Marcuse in 1978: an interview. *Social Research*, New York, v. 48. n. 2, 1981.
- MARCUSE, H. *An essay on liberation*. Boston: Beacon Press, 2000.
- _____. *One-Dimensional man*. Studies in the ideology of advanced industrial society. London/New York: Routledge, 2002.
- _____. *Prólogo ao 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. 2016. Theodor Adorno vs Herbert Marcuse on student protests, violence and democracy. *Daily Maverick*, 16 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.dailymaverick.co.za/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

RANCIÈRE, J. *La mésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

DOI: 10.12957/rep.2018.36699

Recebido em 03 de abril de 2018.

Aceito para publicação em 15 de abril de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.